

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

**Informações intermediárias em
31 de março de 2026**

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Informações intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	10
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	11
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
7	PARTES RELACIONADAS.....	14
8	IMOBILIZADO	15
9	INTANGÍVEL	16
10	AVALIAÇÃO DE <i>IMPAIRMENT</i>	16
11	ATIVOS DE CONTRATO	17
12	FORNECEDORES.....	17
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	18
14	DEBÊNTURES	19
15	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	20
16	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS.....	21
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO.....	22
18	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	22
19	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	23
20	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	24
21	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	24
22	RESULTADO FINANCEIRO.....	25
23	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
24	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	27



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.
Macapá - AP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**Shape the future
with confidence**


Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araujo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Balanco patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025



(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.216	3.619	Fornecedores	12	26.088	31.241
Aplicações financeiras	5	4.036	2.705	Fornecedor risco do sacado	12.1	2.535	4.327
Contas a receber de clientes	6	72.452	67.524	Empréstimos e financiamentos	13	596	228
Almoxarifado		6.361	5.813	Passivo de arrendamento		187	174
Impostos e contribuições a recuperar		151	152	Impostos e contribuições a recolher		5.916	5.936
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		2.616	2.342	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		2.043	1.804
Outros créditos a receber		1.885	2.944	Participação nos lucros		6.352	5.329
Total do ativo circulante		89.717	85.099	Outras contas a pagar		436	795
				Total do passivo circulante		44.153	49.834
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	1.051	862	Empréstimos e financiamentos	13	134.519	134.511
Impostos e contribuições a recuperar		63	63	Debêntures	14	1.239.680	1.204.500
Depósitos vinculados	16	5.525	5.089	Passivo de arrendamento		10.636	10.269
Imobilizado	8	13.122	11.399	PIS e COFINS diferidos		658	831
Intangível	9	647.267	654.479	Provisão para riscos judiciais	16	581	486
Ativos de contrato	11	283.568	274.412	Outras contas a pagar		206	99
Direito de uso		6.943	6.656	Total do passivo não circulante		1.386.280	1.350.696
Total do ativo não circulante		957.539	952.960	Patrimônio líquido negativo			
				Capital social	17	726.899	707.899
				Reserva de capital		1.475	1.475
				Prejuízos acumulados	17.1	(1.111.551)	(1.071.845)
				Total Patrimônio líquido negativo		(383.177)	(362.471)
Total do ativo		1.047.256	1.038.059	Total do passivo e patrimônio líquido negativo		1.047.256	1.038.059

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	19	39.299	59.537
Custo de bens e serviços		(12.140)	(9.829)
Custo de construção		(9.157)	(35.322)
Custos de bens, serviços e operação	20	(21.297)	(45.151)
Lucro bruto		18.002	14.386
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	20	(1.801)	(2.079)
Despesas gerais e administrativas	20	(12.854)	(10.459)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	20	(6.011)	(5.997)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(156)	315
Total de despesas operacionais		(20.822)	(18.220)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		(2.820)	(3.834)
Receitas financeiras		1.048	1.263
Despesas financeiras		(37.934)	(56.287)
Resultado financeiro, líquido	22	(36.886)	(55.024)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(39.706)	(58.858)
Prejuízo do exercício		(39.706)	(58.858)
Prejuízo do período		(39.706)	(58.858)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Prejuízo do período	(39.706)	(58.858)
Total resultados abrangentes	(39.706)	(58.858)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	160.331	1.475	(585.785)	(423.979)
Integralização de capital	54.710	-	-	54.710
Prejuízo do período	-	-	(58.858)	(58.858)
Saldos em 31 de março de 2025	215.041	1.475	(644.643)	(428.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	707.899	1.475	(1.071.845)	(362.471)
Integralização de capital	19.000	-	-	19.000
Prejuízo do período	-	-	(39.706)	(39.706)
Saldos em 31 de março de 2026	726.899	1.475	(1.111.551)	(383.177)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo no período	(39.706)	(58.858)
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	8.821	7.525
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6.011	5.997
PIS e COFINS diferidos	(173)	-
Provisão para riscos judiciais	263	34
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	37.336	55.301
Rendimentos de aplicações financeiras	(100)	(375)
Valor justo das opções de compra	109	-
Provisão para participação nos lucros	1.023	497
Subtotal	13.584	10.121
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	(11.128)	(10.081)
Depósitos judiciais	(436)	(678)
Almoxarifado	(548)	282
Impostos e contribuições a recuperar	1	1.442
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(274)	(136)
Outros créditos a receber	1.059	(875)
Fornecedores	(8.604)	(12.528)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(1.226)	(780)
Impostos e contribuições a recolher	(20)	(680)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	(9)
Participação nos lucros	-	(2.013)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(168)	(147)
Outras contas a pagar	(361)	511
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(21.705)	(25.692)
Juros recebidos de aplicações financeiras	89	375
Juros pagos	(2.089)	(2.416)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(10.121)	(17.612)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível	-	(216)
Aquisições no ativo imobilizado	(3.197)	(746)
Aquisições no ativo contratual	(5.723)	(32.731)
Resgate financeiras	(1.320)	(5.683)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(10.240)	(39.376)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital	19.000	54.710
Amortização do passivo de arrendamento	(42)	(311)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	18.958	54.399
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(1.403)	(2.589)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.619	2.718
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.216	129
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(1.403)	(2.589)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Serviços de saneamento básico	33.214	26.688
Receitas de construção	9.156	35.322
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(6.011)	(5.997)
Subtotal	36.359	56.013
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(9.156)	(35.322)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.982)	(9.580)
Outras receitas (despesas)	(410)	286
Subtotal	(20.548)	(44.616)
Valor adicionado bruto	15.811	11.397
Depreciação e amortização	(8.821)	(7.525)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	6.990	3.872
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.098	1.325
Subtotal	1.098	1.325
Valor adicionado total a distribuir	8.088	5.197
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.371	2.652
Benefícios	1.175	940
FGTS	235	269
Subtotal	4.781	3.861
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.006	3.404
Subtotal	4.006	3.404
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	37.026	54.975
Aluguéis	1.074	503
Outros	908	1.312
Subtotal	39.008	56.790
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(39.707)	(58.858)
Subtotal	(39.707)	(58.858)
Valor adicionado	8.088	5.197

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

1 Contexto operacional

A Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. ("Companhia" ou "CSA"), é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos III S.A. ("Equatorial Participações III"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. Constituída em 21 de dezembro de 2021, a Companhia esteve em fase de operação assistida até 12 de julho de 2022, iniciando suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022, com objeto único e exclusivo de exploração dos serviços de captação, tratamento, distribuição e abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de atividades acessórias ou associadas previstas, atendendo, em 31 de março de 2026, 94.654(*) consumidores em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão, celebrado entre o Poder Concedente e a Companhia.

(*) referente ao total de consumidores. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá (Contrato de concessão), assinado em 25 de outubro de 2021, foi celebrado entre o Estado do Amapá (Estado) e a Companhia e possui vencimento em 12 de julho de 2057, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações intermediárias, a administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia foi constituída em dezembro de 2021 e esteve em fase de operação assistida até julho de 2022, de forma que os resultados apurados foram melhores que o esperado, frente ao desafio para a construção e entrada em operação da empresa, assumindo após essa data a concessão plena dos serviços de água e esgoto no Amapá, buscando entregar qualidade aos usuários do sistema.

A Companhia apresentou prejuízo líquido em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 39.706 (prejuízo de R\$ 58.858 em 31 de março de 2025), patrimônio líquido negativo de R\$ 383.177 em 31 de março de 2026 (R\$ 362.471 em 31 de dezembro de 2025) e capital circulante positivo de R\$ 45.564 (R\$ 35.265 positivo em 31 de dezembro de 2025). No entanto, com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Priorização de investimentos com impacto em geração de receita, aumento de arrecadação, combate as perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhora do fluxo de caixa da Companhia;
- (ii) Prospecção de novos consumidores, visando o aumento da base atual;
- (iii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate as perdas; e
- (iv) Manutenção do suporte financeiro, através da controladora final Equatorial S.A., para sua continuidade operacional.

A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrou em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de março de 2026, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas informações intermediárias da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos

relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as novas normas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.1.2. Normas emitidas, mas não vigentes

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51: Apresentação e divulgação das informações contábeis intermediárias	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19 (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento): Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	111	1.152
Equivalentes de caixa		
Aplicação direta		
Operações compromissadas	2.105	2.467
Total	2.216	3.619

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no período findo em 31 março de 2026, equivale a 87,72% do CDI (91,29% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante		
Fundos de investimento		
Cotas de fundos de investimento	3.633	2.294
Fundo Aberto	403	411
Total aplicações financeiras	4.036	2.705

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeira da Companhia no período findo em 31 março de 2026 equivale a 100,13% do CDI (99,01% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição de saldos

	31/03/2026				31/12/2025			
	Vencidos			Total	Vencidos			Total
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias		A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	2.090	10.493	89.649	102.232	1.228	10.614	82.494	94.336
Industrial	1	2	4	7	1	2	3	6
Comercial	430	666	5.971	7.067	426	667	5.679	6.772
Serviço público	1.362	1.972	2.727	6.061	1.035	1.444	2.806	5.285
Contas a receber de serviços de água	3.883	13.133	98.351	115.367	2.690	12.727	90.982	106.399
Residencial	429	1.409	6.425	8.263	81	1.286	5.702	7.069
Comercial	488	321	2.173	2.982	441	302	2.113	2.856
Serviço público	981	883	295	2.159	495	415	162	1.072
Contas a receber de serviços de esgoto	1.898	2.613	8.893	13.404	1.017	2.003	7.977	10.997
Residencial	7.648	946	3.023	11.617	6.942	1.088	2.525	10.555
Comercial	189	49	226	464	322	52	204	578
Serviço público	446	140	515	1.101	1.951	95	563	2.609
Parcelamento (Renegociações)	8.283	1.135	3.764	13.182	9.215	1.235	3.292	13.742
Contas a receber de consumidores a faturar (a)	5.286	-	-	5.286	5.765	-	-	5.765
(-) Arrecadação em processo de classificação	(30)	-	-	(30)	(29)	-	-	(29)
Outros	82	525	758	1.365	38	(27)	(32)	(21)
Subtotal	19.402	17.406	111.766	148.574	18.696	15.938	102.219	136.853
(-) PECLD	(3.281)	(6.767)	(65.023)	(75.071)	(3.199)	(6.108)	(59.160)	(68.467)
Total contas a receber de clientes	16.121	10.639	46.743	73.503	15.497	9.830	43.059	68.386
Circulante				72.452				67.524
Não circulante				1.051				862

(a) Corresponde ao serviço de água e esgoto distribuído, mas não faturado para consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	(Provisões) / Reversões (a)	Reclassificação (b)	31/03/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(64.264)	(5.806)	-	(70.070)
Parcelamentos	(3.023)	(236)	-	(3.259)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.180)	98	-	(1.082)
Outros	-	(67)	(593)	(660)
Total	(68.467)	(6.011)	(593)	(75.071)

(a) A movimentação líquida do período, resultou em uma provisão, no montante de R\$ 6.011, com impacto no resultado operacional, conforme notas explicativas nº 20 – Custos do serviço e despesas operacional;

(b) Transferência de saldo de Outros Créditos para Contas a Receber.

7 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui transações com partes relacionadas com as empresas descritas abaixo:

Clientes	Notas	31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)
Companhia de Eletricidade do Amapá. – CEA	(a)	19	57	23	65
Total		19	57	23	65
Fornecedores					
Equatorial Serviços S.A.	(b)	(290)	(305)	(276)	(256)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(c)	-	(863)	(266)	(585)
Companhia de Eletricidade do Amapá. – CEA	(d)	(1.404)	(4.013)	(1.169)	(816)
Equatorial Renováveis S.A.	(e)	(91)	(850)	(240)	(1.043)
Total		(1.785)	(6.031)	(1.951)	(2.700)
Passivo de arrendamento					
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(c)	(9.928)	(1.158)	(9.928)	(290)
Companhia de Eletricidade do Amapá. – CEA	(d)	(515)	(57)	(515)	(14)
Total		(10.443)	(1.215)	(10.443)	(304)

(a) O valor refere-se à prestação de serviços de saneamento básico, fornecimento de água e coleta de esgoto;

(b) Os valores são oriundos de prestação de serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas;

(c) O valor corresponde ao termo de cessão oneroso de aluguel da usina fotovoltaica;

(d) O valor corresponde ao termo de cessão oneroso de aluguel da sede administrativa, agências e faturas de energia elétrica da CSA; e

(e) O valor corresponde a venda de energia e serviços prestados de representação comercial na CCEE.

7.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 3.200 (R\$ 3.200 em 31 de dezembro de 2025), conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; d) remuneração baseada em ações.

A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 31 de março de 2026 e 2025:

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração fixa anual	228	1.139
Salário ou Pró-labore	218	1.100
Benefícios diretos e indiretos	10	39
Remuneração variável	-	1.256
Remuneração baseada em ações	91	99
Valor total da remuneração	319	2.494

7.2 Garantias

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

8 Imobilizado

O imobilizado está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	31/03/2026		
			Depreciação Acumulada	Perda por redução do valor recuperável	Valor líquido
Em uso					
Máquinas e equipamentos	14%	9.733	(907)	(1.999)	6.827
Móveis e utensílios	7%	13	(9)	(4)	-
Edificações	2%	7.621	(1.199)	(2.398)	4.024
Veículos	10%	4.202	(1.097)	(834)	2.271
Total		21.569	(3.212)	(5.235)	13.122

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	31/12/2025		
			Depreciação Acumulada	Perda por redução do valor recuperável	Valor líquido
Em uso					
Máquinas e equipamentos	16%	7.063	(711)	(1.999)	4.353
Móveis e utensílios	7%	11	-	(4)	7
Edificações	0%	7.621	-	(2.398)	5.223
Veículos	10%	3.677	(1.027)	(834)	1.816
Total		18.372	(1.738)	(5.235)	11.399

8.1 Movimentação do imobilizado

	31/12/2025	Adições	Transferência	Depreciação	31/03/2026
Em uso					
Máquinas e equipamentos	4.353	-	2.670	(196)	6.827
Edificações	5.223	-	-	(1.199)	4.024
Veículos	1.816	-	525	(70)	2.271
Móveis e utensílios	7	-	2	(9)	-
Subtotal	11.399	-	3.197	(1.474)	13.122
Em Curso					
Máquinas e equipamentos	-	2.670	(2.670)	-	-
Móveis e utensílios	-	2	(2)	-	-
Veículos	-	525	(525)	-	-
Subtotal	-	3.197	(3.197)	-	-
Total	11.399	3.197	-	(1.474)	13.122

9 Intangível

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/03/2026				Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Perda por redução ao valor recuperável	
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão						
Gastos com outorga	2,88%	943.104	(98.641)	-	(246.175)	598.288
Outros gastos da concessão	4,73%	355.284	(165.609)	(102.697)	(53.067)	33.911
Softwares	20%	17.537	(1.196)	-	(1.273)	15.068
Total		1.315.925	(265.446)	(102.697)	(300.515)	647.267

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2025				Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Perda por redução ao valor recuperável	
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão						
Gastos com outorga	2,88%	858.690	(90.854)	-	(246.175)	521.661
Outros gastos da concessão	3,98%	439.698	(165.328)	(103.828)	(53.067)	117.475
Softwares	20%	17.537	(921)	-	(1.273)	15.343
Total		1.315.925	(257.103)	(103.828)	(300.515)	654.479

9.1 Movimentação do intangível

	31/12/2025	Adições	Transferências	31/03/2026
Em Serviço				
Contratos de concessão	999.146	-	-	999.146
(-) Amortização	(256.182)	(8.068)	-	(264.250)
Total contratos de concessão	742.964	(8.068)	-	734.896
Softwares	4.081	-	1.690	5.771
(-) Amortização	(921)	(275)	-	(1.196)
Total de softwares	3.160	(275)	1.690	4.575
Obrigações especiais	(263.669)	-	-	(263.669)
(-) Amortização	159.841	1.131	-	160.972
Total em obrigações especiais	(103.828)	1.131	-	(102.697)
Subtotal	642.296	(7.212)	1.690	636.774
Em Curso				
Softwares	12.183	-	(1.690)	10.493
Subtotal	12.183	-	(1.690)	10.493
Total Ativo Intangível	654.479	(7.212)	-	647.267

10 Avaliação de impairment

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e considerou, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, conforme nota explicativa nº 11 – Avaliação de *impairment* das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025. A revisão é realizada anualmente na mesma data-base.

A Companhia vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 31 de março de 2026, não foram identificadas situações que exigissem novas análises.

11 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2025	Adições (a)	31/03/2026
Ativos de contrato da concessão	274.412	9.156	283.568
Total	274.412	9.156	283.568

(a) O montante de R\$ 9.156 refere-se às adições líquidas do ativos de contrato reconhecidas no período, em que R\$ 5.723 impactou o caixa da Companhia, R\$ 1.659 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 1.465 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 309 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos (ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos), conforme nota explicativa nº 24.1 – Transações que não afetam caixa.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois eles serão remunerados, a partir da entrada em serviço, pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público ao final da concessão. Dessa forma, não foram identificados indicativos de perda ao valor recuperável do ativo, que resultasse em uma constituição de provisão para o período findo em 31 de março de 2026, conforme nota explicativa nº 10 – Avaliação de *impairment*.

12 Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Materiais e serviços	24.303	29.290
Partes relacionadas	1.785	1.951
Total	26.088	31.241

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 32 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2025).

12.1 Fornecedores – Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre, a critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 2.535 (R\$ 4.327 em 31 de dezembro de 2025). Esses valores foram integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o fornecedor recebe imediatamente o valor da fatura, não havendo, portanto, obrigações a pagar mantidas pelo operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 5.846 no período findo em 31 de março de 2026 (R\$ 302 em 31 de março de 2025). O prazo médio de pagamentos destes títulos é de 62 dias (56 dias em 31 de dezembro de 2025).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição dos saldos

Moeda nacional	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
IPCA	1,68% até 2,05%	631	135.256	135.887
(-) Custo de transação		(35)	(737)	(772)
Total moeda nacional		596	134.519	135.115
Total empréstimos e financiamentos		596	134.519	135.115

Moeda nacional	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
IPCA	1,68% até 2,05%	263	135.256	135.519
(-) Custo de transação		(35)	(745)	(780)
Total moeda nacional		228	134.511	134.739
Total empréstimos e financiamentos		228	134.511	134.739

13.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	228	134.511	134.739
Encargos	2.259	-	2.259
Transferência	(8)	8	-
Pagamento de juros	(1.891)	-	(1.891)
Custo de transação (a)	8	-	8
Saldos em 31 de março de 2026	596	134.519	135.115

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	596	1%
2028	6.199	5%
2029	6.763	5%
2030	6.763	5%
De 2031 a 2048	115.531	85%
Subtotal	135.256	100%
(-) Custo de transação (não circulante)	(737)	-1%
Não circulante	134.519	99%
Total empréstimos e financiamentos	135.115	100%

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

Moeda nacional	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026	
		Principal e encargos	
		Não circulante	Total
IPCA	6,79% a.a	1.245.372	1.245.372
(-) Custo de transação		(5.692)	(5.692)
Total moeda nacional		1.239.680	1.239.680
Total empréstimos e financiamentos		1.239.680	1.239.680

Moeda nacional	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025	
		Principal e encargos	
		Não circulante	Total
IPCA	6,79% a.a	1.210.247	1.210.247
(-) Custo de transação		(5.747)	(5.747)
Total moeda nacional		1.204.500	1.204.500
Total empréstimos e financiamentos		1.204.500	1.204.500

14.2 Movimentação de debêntures

	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	1.204.500	1.204.500
Encargos	-	21.483	21.483
Transferências	(55)	55	-
Variação monetária	-	13.642	13.642
Custo de transação (a)	55	-	55
Saldos em 31 de março de 2026	-	1.239.680	1.239.680

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
2028	310.084	25%
2029	38.980	3%
2030	38.980	3%
De 2031 até 2052	857.328	70%
Subtotal	1.245.372	101%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(5.692)	-1%
Não circulante	1.239.680	100%
Total de Debêntures	1.239.680	100%

14.4 Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	2ª emissão debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,8

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimentos de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

15.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
			IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	(39.706)	(39.706)	(58.858)	(58.858)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	9.926	3.573	14.715	5.297
Ajustes que afetaram o cálculo de tributos sobre o lucro				
Outras (adições) exclusões permanentes	(100)	(2)	(26)	(5)
Ativos/ passivos fiscais não reconhecidos	(9.826)	(3.571)	(14.689)	(5.292)
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	-	-	-	-

15.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia ainda não constituiu impostos diferidos sobre base negativa, prejuízos fiscais e diferenças temporárias, pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 248.322 (R\$ 236.955 em 31 de dezembro de 2025), ainda não reconhecidos, de impostos diferidos sobre prejuízo fiscais acumulados e base negativa de contribuição social.

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	729.093	182.274	695.734	173.933
Base negativa de CSLL	733.871	66.048	700.236	63.022
Total	1.462.964	248.322	1.395.970	236.955

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhista, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis em curso, conforme demonstrado:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cível	581	5.525	486	5.089
Total	581	5.525	486	5.089
Não circulante	581	5.525	486	5.089

16.1 Movimentação dos processos do período

	31/12/2025			31/03/2026		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	
Cível	486	317	(168)	(63)	9	581
Total de provisões	486	317	(168)	(63)	9	581

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas durante o período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Além dos processos provisionados, existem processos cujo prognóstico de perda foi avaliado como possível pela Administração, em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 311 (R\$ 212 em 31 de dezembro de 2025), para os quais não foram constituídas provisões.

17 Patrimônio Líquido Negativo

17.1 Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 726.899 (R\$ 707.899 em 31 de dezembro de 2025). O capital subscrito é de R\$ 1.032.374 (um bilhão, trinta e dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais) e o capital a integralizar é de R\$ 305.475 (trezentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais). A composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	31/03/2026	
	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	73.663.894.706	92,06%
SAM Ambiental e Engenharia S.A. ("SAM")	6.350.650.648	7,94%
Total (a)	80.014.545.354	100%

- (a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o período findo em 31 de março de 2026 e o exercício findo de 31 de dezembro de 2025.

17.2 Prejuízos acumulados

Em 31 de março de 2026, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 1.111.551 (R\$ 1.071.845 em 31 de dezembro de 2025). O aumento no saldo ocorreu devido ao prejuízo no período no montante de R\$ 39.706 (R\$ 58.858 em 31 de março de 2025).

18 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A instituiu planos de incentivos de longo prazo a colaboradores dedicados à Companhia.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

18.1 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui um contrato ativo de "Phantom shares" referente ao ano de 2025.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 31 de março de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de performance fossem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Em ações	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	11.505	38,41	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	15.037	-	11.505	-
Existentes ao fim do período/exercício	26.542	40,86	11.505	38.41

O plano de 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 31 de março de 2026, foi reconhecida uma despesa provisória de R\$ 109 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 99 em 31 de dezembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

19 Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água e serviço de esgoto (a)	32.115	25.592
Receita de construção (b)	9.157	35.322
Outras receitas	1.099	1.096
Receita operacional bruta	42.371	62.010
Deduções da receita		
PIS e COFINS	(3.245)	(2.473)
PIS e COFINS diferidos	173	-
Deduções da receita operacional	(3.072)	(2.473)
Receita operacional líquida	39.299	59.537

- (a) A Companhia passou por processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) em que as tarifas de aplicação e os valores relativos aos serviços complementares da CSA, constantes na Resolução da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá - ARSAP Nº 008, de 30 de julho de 2025, ficaram reajustados em 8,11%, em consonância à Resolução nº 008, de 30 de julho de 2025, com efeito a partir de 30 de agosto de 2025; e
- (b) A variação deve-se a não capitalização de bens reversíveis no período findo em 31 de março de 2026.

20 Custos do serviço e despesas operacionais

	31/03/2026				Total
	Custo de bens e serviços	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	
Pessoal	(2.814)	(398)	(2.453)	-	(5.665)
Materiais e insumos	(586)	(1)	(20)	-	(607)
Produtos químicos	(2.217)	-	-	-	(2.217)
Serviços de terceiros	(2.250)	(1.393)	(1.369)	-	(5.012)
Energia elétrica	(3.331)	-	(1.397)	-	(4.728)
Custo de construção	(9.157)	-	-	-	(9.157)
PECLD – nota explicativa 6.2	-	-	-	(6.011)	(6.011)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(254)	-	(254)
Amortização	(612)	-	(8.209)	-	(8.821)
Outros	(330)	(9)	848	-	509
Total	(21.297)	(1.801)	(12.854)	(6.011)	(41.963)

	31/03/2025				Total
	Custo de bens e serviços	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	
Pessoal	(2.447)	(572)	(1.711)	-	(4.730)
Materiais e insumos	(356)	(13)	(2)	-	(371)
Produtos químicos	(2.072)	-	-	-	(2.072)
Serviços de terceiros	(1.232)	(1.492)	(1.314)	-	(4.038)
Energia elétrica	(3.538)	-	-	-	(3.538)
Custo de construção	(35.322)	-	-	-	(35.322)
PECLD – nota explicativa 6.2	-	-	-	(6.611)	(6.611)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(30)	-	(30)
Amortização	(127)	-	(7.397)	-	(7.524)
Outros	(57)	(2)	(5)	614	550
Total	(45.151)	(2.079)	(10.459)	(5.997)	(63.686)

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas operacionais (a)	-	1.762
Total de outras receitas operacionais	-	1.762
Outras despesas operacionais		
Indenização por danos a terceiros	(10)	(62)
Outras despesas operacionais	(146)	(1.385)
Total de outras despesas operacionais	(156)	(1.447)
Total outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(156)	315

(a) Refere-se as sobras de inventário decorrentes de desmobilização para a alteração de parceiro de gestão logística;

22 Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras (a)	196	375
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(50)	(62)
Acréscimo moratório	711	863
Receita financeira de AVP	16	-
Outras receitas financeiras	175	87
Total de receitas financeiras	1.048	1.263
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (b)	(23.385)	(34.912)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(13.642)	(20.063)
Atualização de contingências	(9)	(4)
Descontos concedidos	(171)	(176)
Juros de direito de uso – CPC O6	(309)	(326)
Outras despesas financeiras	(418)	(806)
Total de despesas financeiras	(37.934)	(56.287)
Resultado financeiro líquido	(36.886)	(55.024)

(a) A variação negativa nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, da redução de 53,8% no saldo médio de caixa e aplicações financeiras da Companhia, na comparação entre 31 de março 2026 e 2025; e

(b) Nas rubricas de encargos e variação monetária da dívida, a redução deve-se, principalmente, ao pré-pagamento da 1ª emissão de debêntures da Companhia ocorrido em novembro de 2025.

23 Instrumentos financeiros

23.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a seguir: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

23.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações intermediárias em que ocorreram as mudanças. No período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de

avaliação do valor justo, em relação ao período findo em 31 de março de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	4.036	4.036	2.705	2.705
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	73.503	73.503	68.386	68.386
Total do ativo			77.539	77.539	71.091	71.091

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	26.088	26.088	31.241	31.241
Fornecedores risco sacado	-	Custo amortizado	2.535	2.535	4.327	4.327
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	10.823	10.823	10.443	10.443
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	135.115	135.115	134.739	134.739
Debêntures	-	Custo amortizado	1.239.680	1.239.680	1.204.500	1.204.500
Total do passivo			1.414.241	1.414.241	1.385.250	1.385.250

23.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

24 Demonstração dos fluxos de caixa

24.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores	1.659
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento	1.465
Total de atividades de investimento	3.124
Capitalização de juros de empréstimos	309
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	422
Total de atividades de financiamento	731
Total	3.855

24.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	<u>31/12/2025</u>	<u>Fluxos de caixa</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Novos arrendamentos</u>	<u>Outros (*)</u>	<u>31/03/2026</u>
Capital social	707.899	19.000	-	-	-	726.899
Empréstimos e financiamentos	134.739	-	(1.780)	-	2.156	135.115
Debêntures	1.204.500	-	-	-	35.180	1.239.680
Passivo de arrendamento	10.443	(42)	(309)	422	309	10.823
Total	2.057.581	18.958	(2.089)	422	37.645	2.112.517

(*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

* * *

Conselho de Administração

Titulares

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

André Pentagna Guimarães Salazar

José Ailton Rodrigues

Cristiano de Lima Logrado

Suplentes

José Silva Sobral Neto

Tatiana Queiroga Vasques

Lucas Magalhães Vasconcelos

Agnelo Coelho Neto

Ênio da Cunha Leal

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges
Diretor Presidente

Henderson Rovay Diretor
Administrativo-Financeiro-Comercial

Fernando Rettore Neto
Diretor Técnico

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA-011842/O-3 S-AP